

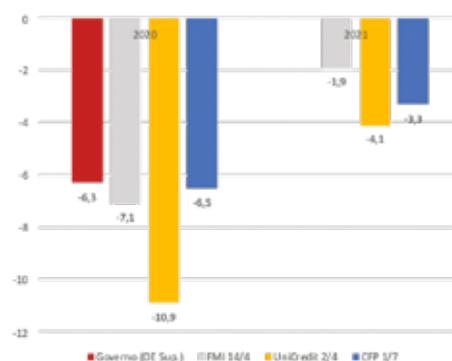
OS GRANDES OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA UMA DÉCADA DE INVESTIMENTO



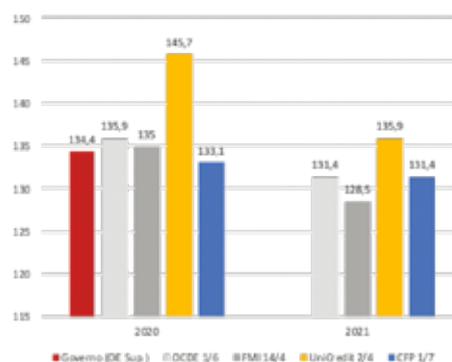
RUI LEÃO MARTINHO
BASTONÁRIO
DA ORDEM DOS ECONOMISTAS

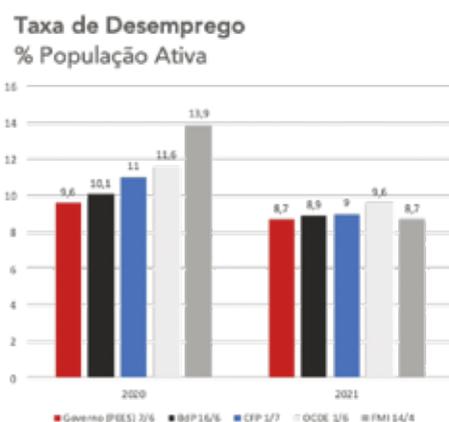
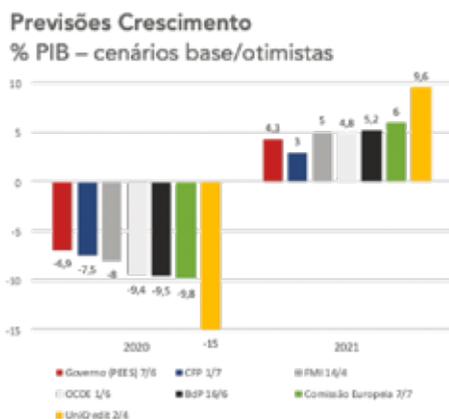
Vivem-se tempos difíceis e de enorme exceção. A Covid-19 veio pôr termo ao recente, embora débil, período positivo que a economia portuguesa atravessava. O impacto desta crise tem vindo a ser amplamente discutido na sociedade portuguesa, havendo um consenso generalizado em torno da degradação do saldo orçamental (que tinha alcançado o primeiro superavit em democracia em 2019), do aumento significativo da dívida pública, da súbita contração do PIB, do aumento das dificuldades para as empresas e famílias e da degradação da taxa de desemprego, visíveis através dos gráficos seguintes.

**Saldo Orçamental
% PIB**



**Dívida Pública
% PIB**





No atual panorama, a única variável em aberto continua a ser a imprevisibilidade da duração dos impactos, dependentes de uma potencial segunda vaga ou de uma eventual vaga contínua, que obrigue ainda a mais medidas de confinamento e a um efeito mais penalizador, quer para o consumo, quer para o investimento.

Assim, resta-nos colocar os olhos no futuro e transformar os atuais problemas em oportunidades. Para tal, a melhor forma de contornar o presente momento é fazer um balanço do investimento em Portugal e, em seguida, definir as áreas prioritárias para investimento nos próximos anos. Por fim, de modo a assegurar as condições necessárias e os instrumentos para a atração de investimento, definimos sete grandes objetivos estratégicos essenciais para a revitalização da economia na próxima década.

Balanço do Investimento em Portugal

No seguimento do acordo alcançado no final do mês de julho, foi aprovado o montante de 700 mil milhões de euros para o Fundo de Recuperação Europeu, de entre os quais 390 mil milhões se destinam a subvenções. Deste fundo, a Portugal destinam-se 15,3 mil milhões a fundo perdido e acesso a 15,7 mil milhões a título de empréstimo.

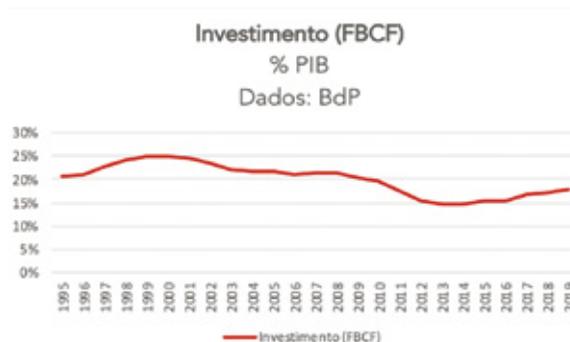
A este financiamento, juntar-se-ão os fundos previstos no próximo Quadro Financeiro Plurianual (2021-2027), que ascendem a 29,8 mil milhões de euros, totalizando o montante

disponível a fundo perdido em cerca de 45 mil milhões de euros. Este financiamento é uma enorme oportunidade para o relançamento do investimento. Contudo, terá de ser equilibrado com outras proveniências, não podendo haver uma dependência total do investimento do mesmo. Igualmente, terá de ser aplicado seguindo critérios objetivos, rigorosos e transparentes.

De acordo com os dados da plataforma <http://subsidystories.eu>, Portugal tem acesso a 29,37 mil milhões de euros entre 2007 e 2020, agregando assim dois quadros plurianuais. Os principais destinos destes financiamentos foram:

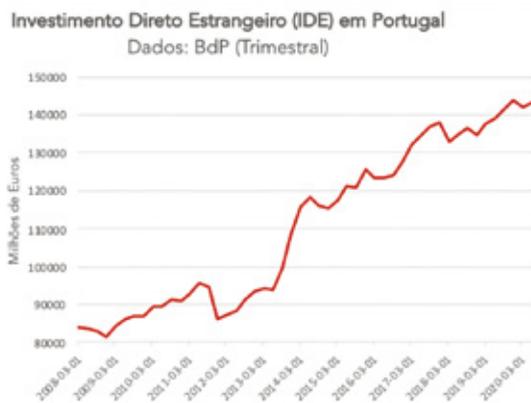
- | Inovação e renovação industrial (14,7%);
- | Qualificação inicial (9,7%);
- | Rede escolar (7,9%);
- | Conetividade internacional, acessibilidades e mobilidades (6,9%);
- | Proteção e valorização do ambiente (6,5%);
- | Reforço da competitividade das PME's (6,2%);
- | Adaptabilidade e aprendizagem ao longo da vida (5,8%);
- | Investir na educação e na formação profissional para aquisição de competências (3,9%);
- | Política de cidades (3,8%);
- | Formação avançada (3,41%).

Relativamente ao nível de investimento (FBCF), o mesmo caiu desde 2008, apresentando uma variação negativa durante sete anos e recuperando ligeiramente desde 2013, voltando no final de 2019 a níveis semelhantes aos de 1997 (em termos absolutos), representando atualmente 18% do PIB.



A falta de capital português reflete-se na baixa taxa de poupança que se encontra nos 6,7% vs. 13% na Zona Euro (2019), que ainda como consequência da anterior crise tem forçado a venda de capital nacional ao exterior.

Esta conjuntura obriga-nos a valorizar ainda mais o investimento produtivo estrangeiro que tem seguido uma tendência bastante positiva nos últimos anos (pós-crise), o qual deve continuar a ser aliciado com condições muito competitivas e benefícios fiscais, tanto mais que temos necessidade de captar poupança externa num país como o nosso, onde a poupança é reduzida, com uma economia muito endividada, sem capital.



Áreas prioritárias para investimento

O Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, divulgado em julho, identifica com clareza as áreas prioritárias para investimento na próxima década. As respetivas áreas são: Ecologia, Sustentabilidade, Energias Renováveis, Hidrogénio, Agricultura, Mar, Ciência, Saúde, Digitalização, Tecnologia, Minérios, *Clusters* Industriais Tradicionais Nacionais e Inovadores, Portos e Ferrovia.

Esta visão estratégica deverá servir de guia para a aplicação dos fundos comunitários nos próximos anos, bem como para a orientação das políticas públicas que irão fomentar o investimento e desenvolvimento.

Os grandes objetivos estratégicos para a próxima década

A importância destes objetivos é a de orientar os destinos prioritários do investimento e, simultaneamente, criar as condições necessárias e os instrumentos para a atração de investimento. Otimizar os fundos europeus, ficar mais competitivo e não se atrasar na economia digital ou na economia do conhecimento são algumas das áreas mais relevantes para Portugal nos próximos anos, que tem agora a oportunidade de o poder realizar.

Aumento da competitividade para a atração de investimento

A circunstância atual da economia portuguesa, assente num elevado nível de endividamento, implica forçosamente uma inversão da tendência de utilização da dívida como fonte de investimento. Esta nova realidade, interrompida pelas consequências da atual pandemia, só resultará se a mesma tiver como base o aumento da competitividade, que permita a atração de investimento, ao invés do habitual e penoso recurso à dívida.

Para tal, um bom ponto de partida seria uma reforma ao nível do sistema fiscal, que deverá ser visto como um mecanismo de competitividade e não como uma debilidade. É necessário reduzir o ónus sobre a criação de riqueza, transferindo essa carga fiscal para novas formas de tributação. Por exemplo, uma redução do IRC, ao ponto de alcançar um nível competitivo, poderá resultar em perdas no imediato, mas gerará certamente a médio/longo prazo ganhos muito significativos,

alicerçados no investimento que tal medida irá atrair, bem como no emprego que daí resultará.

A interdependência entre produtividade e investimento reforça uma vez mais a importância do aumento da competitividade. Estas duas métricas funcionam em simbiose, pois muito dificilmente se conseguirá aumentar a produtividade sem recurso a investimento e, paradoxalmente, não se atrairá investimento sem uma produtividade competitiva. Apesar dos ganhos registados desde 2014, continuamos abaixo dos níveis pré-crise, ocupando ainda um lugar na “cauda da Europa” em termos de produtividade, o que nos dá margem para melhoria.

Digitalização: reindustrialização e ambiente de inovação

De acordo com o *European Innovation Scoreboard*, somos um país fortemente inovador, nomeadamente nas dimensões de inovação, ecossistema e atratividade. Dispomos de boas infraestruturas tecnológicas e de telecomunicações, o tecido empresarial (composto na sua maioria por PME's) está orientado para a inovação interna e contribui com processos e produtos inovadores. Porém, deveremos não só desenvolver as nossas competências ao nível da digitalização como complemento dos negócios, mas também como parte integrante da vantagem competitiva, nomeadamente nos setores mais intensivos tecnologicamente e dependentes de um *know-how* mais especializado, capaz de gerar também um maior valor acrescentado.

A digitalização da economia gerará ganhos de produtividade elevados, desde a indústria, ao setor público, usufruindo da melhor forma de tecnologias emergentes derivadas da inteligência artificial, *big data*, *Internet of Things*, robótica, nanotecnologia, ou sistemas de informações. É no sentido de aproveitar a onda da digitalização que a reindustrialização deverá ser executada. Deverá começar pela qualificação dos portugueses, apostando em setores de alto valor acrescentado e onde dispomos de vantagens competitivas, bem definidas no Plano de Recuperação Económica 2020-2030 e agrupadas nos seguintes *clusters*: Engenharia de produtos e sistemas complexos com base nas tecnologias digitais; Renováveis; Indústrias da Defesa; Bioeconomia sustentável; Minérios; Mar.

A reindustrialização será o processo que nos tornará independentes de países terceiros no caminho da inovação, da criatividade e da digitalização, dentro das áreas em que nos escolhemos especializar.

Investir na Sustentabilidade e Economia Verde

Portugal tem vindo a consolidar uma imagem interna e externa de ator ativo no plano do combate às alterações climáticas. Com a crescente consciencialização, não poderá ser escolhido outro caminho senão o de contribuir para um Mundo mais verde e sustentável. Devido à nossa dimensão, temos oportunidade de fazer da sustentabilidade uma bandeira nacional, servindo de exemplo e aumentando a nossa contri-

buição positiva para o Mundo, alcançando simultaneamente um posicionamento positivo para a marca Portugal. Desde a forte contribuição das energias renováveis, aos novos planos de transição energética, um dos eixos estratégicos e imperativos, transversais a todos os investimentos futuros, terá de ser a componente ambiental.

Melhoria do ecossistema: desenvolvimento de uma plataforma exportadora, redução de custos de contexto e formação/retenção de capital humano

Atendendo ao carácter cada vez mais exportador da nossa economia é necessário adaptar as suas plataformas logísticas. Nomeadamente a nível da ferrovia, a mesma é prioritária e deverá concluir os projetos em curso de modernização da rede, com destaque para o eixo Sines-Madrid e a renovação da Linha da Beira Alta, fundamentais para o tráfego de mercadorias para Espanha. De modo a que haja uma melhor ligação à Europa, deverá ser adotada a nível ibérico a bitola europeia, melhorando também as linhas mistas para mercadorias e passageiros, para além da importância da ligação Lisboa-Porto. A nível dos portos marítimos é necessário investir em Sines e Leixões para aumentar ainda mais a sua competitividade em termos de instalações e equipamentos para receber grandes navios. É essencial reduzir os custos de contexto relativos à burocracia e à justiça, facilitando assim o investimento e dando a confiança necessária aos agentes para uma resolução célere e transparente de litígios.

Por fim, é premente acelerar a formação ao nível das competências digitais do capital humano, garantindo a retenção do talento especializado com remunerações competitivas e a formação dos trabalhadores menos qualificados para uma nova fase de transição ao nível do emprego.

Coesão territorial, plataforma continental e influência internacional

Certamente que não é um problema exclusivamente português, porém o êxodo rural é bastante acentuado no nosso território, criando grandes dimorfismos entre o interior e os centros urbanos no litoral. A desertificação do interior deverá ser combatida com políticas públicas de incentivos ao investimento nestas regiões. Nomeadamente, conferindo benefícios fiscais, tentando fixar *clusters* industriais e garantindo a existência e manutenção das infraestruturas complementares necessárias. Adicionalmente, o território português é bem mais vasto do que os seus limites continentais, estendendo-se pela sua longa plataforma continental, responsável por uma das maiores zonas económicas exclusivas da União Europeia. Assim, é imperativo a valorização e o investimento no mar, fazendo usufruto do seu potencial estratégico.

Para além da componente física de território, Portugal tem fortes relações históricas, culturais e estratégicas com os mais diversos continentes. As suas relações internacionais estratégicas com a Europa, África, América e Ásia, no âmbito

da União Europeia e da CPLP, permitem que Portugal se posicione com um ator estratégico de influência, assente no seu *soft-power*, nas interligações de fluxos de investimento e nas trocas comerciais.

Escrutínio, transparência e objetividade

Atravessamos um momento em que não nos é permitido adiar mais decisões e muito menos apostar nas escolhas erradas. Os recursos são limitados, bem como o horizonte temporal. O custo da perpetuação da discussão é bastante elevado, não só em termos financeiros, mas também em termos de custos de oportunidade, transmitindo uma sensação externa de falta de objetividade, como é exemplo a discussão do TGV ou do Aeroporto de Lisboa, que terão de dar lugar a projetos concretos e de aplicação mais pragmática.

Terá então de ser encontrado um equilíbrio saudável entre o escrutínio necessário e *overthinking*. Um outro exemplo, mas na ótica oposta, é o projeto do hidrogénio, dentro das novas energias, que deverá ser executado com a máxima cautela e com o maior escrutínio, tanto mais que a experiência internacional é curta, recente e só será competitivo em 2030. Adicionalmente, a colaboração entre o Estado e os privados não deverá ser evitada, dada a sua eficácia comprovada. Deverão sim ser criadas as condições para que as atribuições ocorram de forma transparente, com ganhos claros para o contribuinte e com o objetivo de tornar Portugal mais competitivo e com sustentável desenvolvimento económico.

Estabilidade política e económica

A estabilidade é um dos fatores mais relevantes para um bom ambiente empresarial, favorável ao investimento e à atração de capital estrangeiro. A Ordem dos Economistas tem vindo recorrentemente a reiterar a importância da implementação de reformas estruturais para o futuro da economia. Tal como já foi mencionado, é essencial a reforma da Administração Pública, adaptando-a às novas tecnologias e necessidades, a Segurança Social e o funcionamento de serviços essenciais como a Justiça, os quais têm de passar a ser mais céleres e eficientes, o Sistema Fiscal, ou a Saúde, aproveitando o que há de bom, quer no setor público, quer no setor privado.

Na ótica das finanças públicas, após a estabilização da pandemia, é imperativo regressar ao objetivo do *superavit* orçamental e ao caminho da redução da dívida pública, pois só assim poderemos estar mais seguros que só de nós dependerá o futuro, minimizando o impacto de novos eventuais choques externos.

Assim, esperamos que, mais do que nunca, a necessidade premente de boas e adequadas políticas públicas sirva de exemplo para o caminho de prosperidade que almejamos para a próxima década. Caso contrário, estaremos a comprometer o futuro das próximas gerações e, conseqüentemente, da nossa soberania. |